

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026/IFAM
TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO - TAE
CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Data de aplicação: 07/06/2026 | Duração: 3 horas

Componente	Questões
Língua Portuguesa	07
Legislação Aplicada ao Serviço Público	07
Informática	06
Conhecimentos Específicos	20
TOTAL	40

ATENÇÃO: leia as instruções abaixo antes de iniciar a prova.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Somente abra este caderno quando autorizado pelo chefe de sala.
2. Verifique se há falha de impressão, ausência de páginas, divergência de cargo, tipo de prova ou número de questões. Havendo qualquer ocorrência, comunique imediatamente ao fiscal e solicite a substituição do caderno.
3. A prova objetiva terá duração total de 3 (três) horas, incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão de respostas.
4. A permanência mínima obrigatória no local de prova será de 1 (uma) hora após o início do certame. A saída com o caderno de provas somente será permitida após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos do início.
5. Sobre a mesa, mantenha somente caneta esferográfica de tinta preta e material transparente e, se houver, alimento em embalagem transparente.
6. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, grafite, caneta de material não transparente, marca-texto, borracha ou corretivo.
7. O cartão de respostas é o único documento válido para correção. Ele deverá ser entregue ao fiscal devidamente preenchido e assinado.
8. Não haverá substituição do cartão de respostas por erro ou desatenção da pessoa candidata.
9. Não serão computadas questões não assinaladas, com mais de uma resposta, emenda, rasura ou marcação em desacordo com as orientações.
10. É vedado portar, manter consigo ou utilizar equipamento eletrônico, de comunicação ou de armazenamento após o ingresso na sala de prova, ainda que desligado ou embalado.
11. As 3 (três) últimas pessoas candidatas deverão aguardar juntas o término da prova e retirar-se simultaneamente da sala, conforme orientação da fiscalização.
12. O descumprimento das normas do edital, das instruções deste caderno, do cartão de respostas ou das orientações dos fiscais poderá implicar eliminação do concurso público.

Assinatura da pessoa candidata: _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, de Rubem Braga, para responder às questões de 01 a 03.

TEXTO I

O padeiro

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento - mas não encontro o pão costureiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a "greve do pão dormido". De resto não é bem uma greve, é um lockout, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o que do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E enquanto tomo café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

- Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo?

"Então você não é ninguém?"

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: "não é ninguém, não senhora, é o padeiro". Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina - e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; "não é ninguém, é o padeiro!"

E assobiava pelas escadas.

Fonte: BRAGA, Rubem. O padeiro. In: ANDRADE, Carlos Drummond de *et al.* **Crônicas I**. 27. ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 61-62.

QUESTÃO 01

“*Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo.*” O termo grifado refere-se:

- ao fato de o narrador tomar café com pão dormido.
- aos tempos em que padeiros e jornalistas faziam trabalhos noturnos.
- à lição de humildade que aprendeu com o padeiro.
- à desilusão da greve.
- a quando o padeiro ficou sabendo que não era ninguém.

QUESTÃO 02

O período “*Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo [...]*” é composto por:

- a) orações coordenadas sindéticas, pois ligam-se apenas pelo sentido.
- b) orações coordenadas assindéticas, pois fazem uso de conjunções.
- c) orações coordenadas assindéticas, pois são sintaticamente independentes.
- d) orações subordinadas, pois há relação de dependência de sentido.
- e) orações subordinadas, pois há a presença de pelo menos uma oração principal.

QUESTÃO 03

Recursos estilísticos são frequentemente utilizados por escritores para aprimorar o ritmo de um texto, tornar a comunicação mais expressiva ou persuasiva, além de transmitir significado e provocar uma resposta emocional do leitor. Essas ferramentas linguísticas e semióticas alteram o sentido literal do texto e o levam para além do óbvio. Considerando isso, identifique o trecho em que o autor faz uso desse tipo de recurso.

- a) “Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha [...].”
- b) “Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega [...].”
- c) “Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer [...].”
- d) “Era pela madrugada que deixava a redação de jornal [...].”
- e) “Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo!”

QUESTÃO 04

Observe o trecho:

"Se o Estado não garantir condições mínimas de funcionamento às escolas públicas, dificilmente qualquer política curricular surtirá efeito, pois faltará o suporte material indispensável."

Deseja-se reescrever o período preservando o sentido original e mantendo adequadamente as relações de condição e consequência. Assinale a alternativa correta.

- a) Caso o Estado não garanta condições mínimas de funcionamento às escolas públicas, dificilmente qualquer política curricular surtirá efeito, pois faltará o suporte material indispensável.
- b) Ainda que o Estado não garanta condições mínimas de funcionamento às escolas públicas, qualquer política curricular surtirá efeito.
- c) Como o Estado não garante condições mínimas de funcionamento às escolas públicas, nenhuma política curricular surtirá efeito.
- d) Se o Estado garantisse condições mínimas de funcionamento às escolas públicas, qualquer política curricular deixaria de surtir efeito.
- e) Embora falte suporte material indispensável, qualquer política curricular surtirá efeito nas escolas públicas.

QUESTÃO 05

De acordo com Cegalla (1989, p. 324), oração subordinada pode funcionar para outra oração como “termo e completa-lhe ou amplia-lhe o sentido”. Tomando como base essa ideia, assinale a alternativa em que a relação sintático-semântica estabelecida pela oração subordinada está adequadamente analisada.

- a) À medida que os resultados eram divulgados, aumentava a tensão entre os candidatos. — oração subordinada adverbial proporcional.
- b) Ainda que tivesse estudado bastante, não conseguiu êxito. — oração subordinada adverbial consecutiva.
- c) Tão logo o fiscal entrou na sala, cessaram as conversas. — oração subordinada adverbial final.
- d) O candidato agiu como lhe orientaram os examinadores. — oração subordinada adverbial comparativa.
- e) Desde que o regulamento seja alterado, haverá novas inscrições. — oração subordinada adverbial causal.

QUESTÃO 06

No que tange à classificação dos elementos sintáticos, em “Convém **aos candidatos mais experientes** a leitura atenta do edital”, a expressão destacada exerce a mesma função sintática que o termo sublinhado em:

- a) Entregaram ao diretor os documentos solicitados.
- b) A confiança dos candidatos aumentou após o resultado preliminar.
- c) Necessitam de maior atenção os relatórios enviados pela comissão.
- d) Permaneceram calados os presentes durante a cerimônia.
- e) A decisão parecia favorável aos servidores mais antigos.

QUESTÃO 07

O dicionário Michaelis assevera que concordância é o “processo linguístico em que ocorre flexão de pessoa, gênero e número entre termos relacionados sintaticamente”. A partir dessa concepção, assinale a alternativa em que a concordância verbal atende plenamente à norma-padrão.

- a) Não se admitem, em situações excepcionais, alterações no cronograma das provas.
- b) Devem haver alternativas viáveis para a redução dos gastos públicos.
- c) Mais de um servidor solicitaram revisão do resultado preliminar.
- d) Foi divulgado, nesta manhã, as listas de classificação final do concurso.
- e) Tratam-se de medidas necessárias à contenção das despesas administrativas.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO

QUESTÃO 08

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado nos termos da Lei nº 11.892/2008. Inserido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAM possui atribuições específicas em seu escopo de atuação. De acordo com o referido diploma legal, constitui uma das finalidades e características dos Institutos Federais:

- a) Atuar exclusivamente na oferta de ensino superior, priorizando a pesquisa acadêmica de ponta em detrimento da educação básica e técnica.
- b) Centralizar a sua gestão administrativa e financeira no Ministério da Educação, sendo vedada a autonomia didático-pedagógica de seus campi instalados no interior.
- c) Limitar a oferta de cursos de licenciatura, uma vez que a vocação legal precípua e única da instituição é a formação de tecnólogos.
- d) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação nos diversos setores da economia.
- e) Atuar prioritariamente na educação profissional e tecnológica, em um único nível, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação nos diversos setores da economia.

QUESTÃO 09

Um grupo de pesquisa do IFAM solicitou à Coordenação de Registros Acadêmicos o repasse do histórico escolar, endereço e dados de saúde de todos os alunos bolsistas, visando à publicação de um artigo científico em revista internacional. Os dados seriam publicados identificando o nome de cada aluno para conferir credibilidade ao estudo. À luz das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplicáveis ao poder público, a resposta institucional correta a essa solicitação seria:

- a) O deferimento irrestrito, pois o tratamento de dados pessoais para fins exclusivos de pesquisa independe de anonimização ou de qualquer outra salvaguarda.
- b) O indeferimento da publicação nominal, pois a lei exige a anonimização dos dados pessoais para proteção à privacidade dos alunos, somente em publicações internacionais.
- c) O deferimento com a cobrança de taxa financeira aos pesquisadores, em virtude do princípio da economicidade previsto na Constituição Federal.
- d) O indeferimento absoluto, visto que órgãos públicos são terminantemente proibidos de compartilhar dados para fins acadêmicos sob a vigência da LGPD.
- e) O indeferimento da publicação nominal, pois, embora o uso para pesquisa seja lícito, a lei exige, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais, protegendo a privacidade dos alunos.

QUESTÃO 10

Durante um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado no IFAM, a comissão processante coletou o histórico de acessos de rede e e-mails corporativos do servidor investigado para comprovar a suposta utilização indevida de recursos tecnológicos para fins ilícitos. A defesa do servidor alegou violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Analisando o caso hipotético e a interface das normas, é correto afirmar que:

- a) A LGPD proíbe a utilização de dados pessoais de servidores em processos administrativos, tornando nula a prova obtida pela comissão.
- b) O tratamento dos dados pessoais pela comissão é lícito, pois a LGPD permite o tratamento para o exercício regular de direitos em processo administrativo.
- c) O histórico de acessos à internet corporativa constitui dado pessoal sensível, dependendo de autorização judicial prévia para compor o PAD.
- d) A comissão processante deve solicitar o consentimento prévio do servidor investigado antes de anexar o relatório de acessos corporativos ao PAD.
- e) A coleta de e-mails corporativos é lícita apenas se o servidor for detentor de cargo de gestão, sendo inviolável o e-mail do servidor técnico-administrativo comum.

QUESTÃO 11

O IFAM planeja abrir novos cursos superiores nos *campi* do interior do estado. Nos termos da Lei nº 11.892/2008, no que tange à oferta de vagas, o Instituto Federal deve garantir um percentual mínimo para cursos de licenciatura, bem como para programas especiais de formação pedagógica. Esse percentual mínimo exigido por lei é de:

- a) dez por cento do total de vagas da instituição.
- b) vinte por cento do total de vagas da instituição, com vistas na formação de professores para a educação básica.
- c) trinta por cento do total de vagas da instituição, prioritariamente na área de educação básica.
- d) cinquenta por cento do total de vagas, destinando o restante exclusivamente para a educação de jovens e adultos.
- e) sessenta por cento do total de vagas da instituição, focado na formação de engenheiros e arquitetos.

QUESTÃO 12

A Direção de uma unidade do IFAM recebeu a denúncia de que uma colaboradora terceirizada, prestadora de serviços de limpeza, foi vítima de assédio por parte de um servidor efetivo da instituição. Considerando a Lei nº 14.540/2023, os procedimentos de proteção e acolhimento previstos na referida lei:

- a) aplicam-se a todas as pessoas que exerçam atividades no órgão, independentemente do tipo de vínculo, incluindo estagiários, aprendizes e prestadores de serviços terceirizados.
- b) não se aplicam à colaboradora terceirizada, pois o amparo legal destina-se exclusivamente a servidoras ocupantes de cargos efetivos da União.
- c) aplicam-se a todas as pessoas que exerçam atividades no órgão, dependentemente do tipo de vínculo, incluindo os três segmentos técnicos, docentes e discentes.
- d) devem ser remetidos à empresa terceirizada, que detém a responsabilidade única e exclusiva de investigar e punir o servidor público agressor.
- e) condicionam o acolhimento da vítima à comprovação imediata do fato mediante testemunhas idôneas ou gravação audiovisual do circuito interno.

QUESTÃO 13

Segundo o Decreto nº 12.374/2025, os ciclos avaliativos do estágio probatório são realizados, respectivamente, após:

- a) 6, 18 e 30 meses.
- b) 12, 24 e 36 meses.
- c) 12, 24 e 32 meses.
- d) 10, 20 e 30 meses.
- e) 18, 24 e 36 meses.

QUESTÃO 14

O Decreto nº 12.374/2025 prevê que a avaliação de desempenho para fins de estágio probatório observará, entre outros fatores:

- a) Responsabilidade, titulação, assiduidade, produtividade e disciplina.
- b) Eficiência, economicidade, publicidade, iniciativa e urbanidade.

- c) Disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- d) Assiduidade, disciplina, conhecimento, produtividade e responsabilidade.
- e) Assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

INFORMÁTICA BÁSICA

QUESTÃO 15

Considerando as regras de nomenclatura de arquivos e pastas no Windows 10, assinale a alternativa que apresenta um nome de diretório válido para o sistema:

- a) Relatório:Gestão?2026
- b) Projetos/IFAM
- c) COM2
- d) Pasta>Backup
- e) Orçamento % 2026

QUESTÃO 16

Após uma infecção por malware, um computador com Windows 10 deixou de inicializar corretamente. O técnico responsável verificou que o sistema não consegue carregar os arquivos necessários para o processo de boot. Considerando os recursos nativos do Windows, qual ferramenta previamente criada em uma unidade USB pode ser utilizada para iniciar procedimentos de recuperação e solução de problemas do sistema?

- a) Histórico de Arquivos
- b) Microsoft Defender
- c) Otimizar e Desfragmentar Unidade
- d) Unidade de Recuperação
- e) Segurança do Windows

QUESTÃO 17

Na estrutura de diretórios do Ubuntu, o /dev é:

- a) Diretório com as definições dos desenvolvedores de softwares
- b) Diretório que armazena os diretórios dos usuários do sistema.
- c) Diretório com as definições dos dispositivos de entrada/saída.
- d) Diretório com os comandos disponíveis para os usuários.
- e) Diretório com os arquivos estáticos do boot de inicialização.

QUESTÃO 18

O administrador de sistemas do IFAM precisa alterar permissões de um arquivo chamado "dados.txt" no Linux. Qual comando do shell Linux realiza essa operação?

- a) mkdir
- b) finger
- c) df

- d) chmod
- e) pwd

QUESTÃO 19

As suítes de escritório possuem fortes similaridades e também grandes divergências quanto aos formatos nativos dos arquivos que geram. Em relação ao pacote LibreOffice e as extensões padrão de seus aplicativos, assinale a correta:

- a) O LibreOffice Writer utiliza, por padrão, o formato DOCX.
- b) O LibreOffice Calc gera, como extensão nativa de salvamento, os arquivos em formato PDF.
- c) A extensão padrão dos documentos de texto gerados no LibreOffice Writer é ODT (Open Document Text).
- d) O aplicativo Impress do LibreOffice utiliza o formato PPTX por padrão para impedir edições.
- e) O formato nativo gerado pelo LibreOffice Calc para planilhas eletrônicas é XLS.

QUESTÃO 20

Ao ativar o controle de alterações em um editor de texto, as exclusões realizadas no documento:

- a) São apagadas.
- b) Ficam ocultas.
- c) Não podem ser recuperadas.
- d) São convertidas em comentários automáticos.
- e) Permanecem visíveis até serem aceitas ou rejeitadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Ao final do exercício social, uma sociedade empresária apresentou as seguintes contas em seu sistema contábil: Caixa, Clientes, Fornecedores, Receita de Vendas, Despesas Financeiras e Capital Social. Com base na classificação das contas contábeis, assinale a alternativa que apresenta exclusivamente contas patrimoniais.

- a) Caixa, Clientes e Receita de Vendas.
- b) Caixa, Clientes e Fornecedores.
- c) Receita de Vendas, Despesas Financeiras e Capital Social.
- d) Despesas Financeiras, Fornecedores e Receita de Vendas.
- e) Receita de Vendas, Despesas Financeiras e Caixa.

QUESTÃO 22

Uma sociedade empresária recebeu de seus sócios um veículo destinado à utilização nas atividades operacionais da entidade, como forma de integralização de capital.

Considerando os efeitos patrimoniais decorrentes da operação, assinale a alternativa que apresenta o lançamento contábil adequado.

- a) Débito em Despesas Operacionais e crédito em Veículos.
- b) Débito em Veículos e crédito em Capital Social.
- c) Débito em Capital Social e crédito em Veículos.
- d) Débito em Caixa e crédito em Receita Operacional.
- e) Débito em Imobilizado e crédito em Receita Financeira.

QUESTÃO 23

Durante procedimento de auditoria interna, verificou-se que determinada entidade mantinha registros individualizados das movimentações contábeis de cada conta patrimonial e de resultado, possibilitando a identificação analítica de seus respectivos saldos. A característica descrita refere-se ao Livro:

- a) Diário, em razão do registro cronológico das operações.
- b) Caixa, por evidenciar exclusivamente entradas e saídas financeiras.
- c) Razão, em função da organização sistemática dos lançamentos por conta contábil.
- d) Inventário, em razão da apuração periódica dos estoques patrimoniais.
- e) Balancete, por consolidar os saldos contábeis ao final do período.

QUESTÃO 24

Uma sociedade empresária possuía duplicatas a receber de clientes, classificadas no ativo circulante, no valor de R\$ 18.000,00. No mês seguinte, a entidade recebeu integralmente o valor por meio de depósito bancário em conta de livre movimentação. Considerando exclusivamente os efeitos patrimoniais e a classificação das contas envolvidas, assinale a afirmativa correta.

- a) O fato aumentou o ativo circulante e o patrimônio líquido, por representar ingresso de recurso financeiro.
- b) O fato reduziu o ativo não circulante e aumentou o ativo circulante, sem alterar o patrimônio líquido.

- c) O fato aumentou simultaneamente o ativo circulante e o passivo circulante, em razão do recebimento financeiro.
- d) O fato representou permuta entre elementos do ativo circulante, sem alteração do ativo total e do patrimônio líquido.
- e) O fato reduziu o ativo circulante e aumentou o patrimônio líquido, por configurar receita do período.

QUESTÃO 25

Uma empresa apresentava, antes do encerramento do exercício, os seguintes saldos:

- Receita de vendas: R\$ 300.000,00;
- Despesas administrativas: R\$ 90.000,00;
- Despesas financeiras: R\$ 25.000,00;
- Receita financeira: R\$ 10.000,00;
- Custo das mercadorias vendidas: R\$ 140.000,00.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, o resultado do exercício apurado pela entidade foi:

- a) prejuízo de R\$ 55.000,00.
- b) lucro de R\$ 45.000,00.
- c) lucro de R\$ 55.000,00.
- d) lucro de R\$ 65.000,00.
- e) lucro de R\$ 75.000,00.

QUESTÃO 26

Uma entidade reconheceu despesa de salários no valor de R\$ 40.000,00. Desse montante, R\$ 20.000,00 foram pagos imediatamente, enquanto o saldo remanescente será quitado no mês subsequente. Com base nas informações apresentadas, assinale a afirmativa correta acerca dos efeitos patrimoniais decorrentes do fato contábil.

- a) O ativo sofreu redução de R\$ 20.000,00, o passivo aumentou em R\$ 20.000,00 e o patrimônio líquido reduziu-se em R\$ 40.000,00.
- b) O ativo aumentou em R\$ 40.000,00 e o patrimônio líquido reduziu-se em R\$ 40.000,00.
- c) O passivo reduziu-se em R\$ 20.000,00 e o patrimônio líquido reduziu-se em R\$ 20.000,00.
- d) O patrimônio líquido aumentou em R\$ 40.000,00.
- e) O ativo reduziu-se em R\$ 40.000,00 e o patrimônio líquido aumentou em R\$ 40.000,00.

QUESTÃO 27

Sobre imunidade e isenção é correto afirmar que:

- a) Ambas podem ser instituídas por lei ordinária.
- b) Imunidade é hipótese de exclusão do crédito tributário.
- c) A isenção do imposto sobre produtos industrializados pode ser concedida por decreto.
- d) É vedado aos entes federativos cobrarem uns dos outros taxas pelo exercício do poder de polícia.
- e) A imunidade pode ser de natureza subjetiva, objetiva ou mista.

QUESTÃO 28

A Administração Pública adota nova interpretação acerca de norma de conteúdo indeterminado, passando a impor novos condicionamentos aos administrados, diversos daqueles anteriormente exigidos e que fundamentaram a prática de diversos atos administrativos. Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A nova interpretação normativa autoriza a invalidação automática de atos administrativos anteriormente praticados, ainda que considerados válidos à época de sua edição.
- b) A Administração Pública está impedida de alterar a interpretação de normas de conteúdo indeterminado, sob pena de violação ao princípio da legalidade.
- c) A mudança de interpretação pode produzir efeitos apenas prospectivos, vedada a imposição de novos deveres aos administrados.
- d) A Administração pode rever sua interpretação normativa, devendo considerar as orientações vigentes à época da prática dos atos e, quando necessário, prever regime de transição para permitir o cumprimento proporcional das novas exigências.
- e) A alteração de interpretação normativa exige análise das consequências práticas, mas dispensa a previsão de regime de transição quando os novos condicionamentos não impliquem ônus financeiro aos administrados.

QUESTÃO 29

Uma autarquia federal identificou durante a revisão interna de processos administrativos que diversos atos administrativos que geraram efeitos favoráveis a Administrados haviam sido praticados por autoridade interna incompetente. Com base nos pressupostos dos atos administrativos e os preceitos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) é correto afirmar que a autarquia federal:

- a) deve anular os atos administrativos por vício de competência.
- b) deve manter os atos administrativos, pois a produção de efeitos favoráveis impede a sua invalidação.
- c) pode manter os efeitos dos atos administrativos até que haja convalidação judicial.
- d) pode convalidar os atos pela autoridade competente, quando se tratar de competência não exclusiva, e não se constate lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- e) deve manter os atos, salvo se demonstrada má-fé dos administrados beneficiados.

QUESTÃO 30

No âmbito das finanças públicas, considerando a disciplina constitucional e infraconstitucional aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) A chamada “regra de ouro” veda, em qualquer hipótese, a contratação de operações de crédito destinadas ao custeio de despesas correntes.
- b) O resultado nominal corresponde à diferença entre receitas e despesas primárias, sendo apurado com exclusão dos juros incidentes sobre a dívida.
- c) A Lei Orçamentária Anual não compreende receitas provenientes de operações de crédito, por se referirem a ingressos extraorçamentários.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve estabelecer metas anuais relativas a receitas, despesas e resultados nominal e primário para o exercício a que se refere e para os três seguintes.
- e) O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas não financeiras, e a Constituição veda operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas por créditos suplementares ou especiais aprovados por maioria absoluta.

QUESTÃO 31

Sobre a dívida pública e a gestão fiscal no Brasil, à luz da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta:

- a) A dívida pública consolidada compreende todas as obrigações financeiras do ente federativo, incluindo as de prazo inferior a doze meses, desde que decorrentes de operações de crédito formalmente contratadas.
- b) A gestão da dívida pública influencia exclusivamente o resultado nominal, sendo irrelevante para a apuração do resultado primário e para o cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO.
- c) O superávit primário apurado em determinado exercício implica, necessariamente, redução do estoque da dívida pública consolidada líquida do ente federativo.
- d) A gestão da dívida pública constitui componente relevante da política fiscal, influenciando a sustentabilidade das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, sendo sua limitação atribuição do Senado Federal.
- e) Ultrapassado o limite da dívida consolidada fixado pelo Senado Federal, o ente federativo fica impedido de realizar qualquer despesa, até o restabelecimento do equilíbrio fiscal.

QUESTÃO 32

Uma lei estadual estabelece que apenas empresas sediadas no próprio estado poderão participar de licitações para fornecimento de bens à administração pública local. À luz dos princípios constitucionais que regem a ordem econômica, essa medida:

- a) Será compatível com a Constituição Federal se limitar o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.
- b) Contraria os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa.
- c) É compatível com a Constituição Federal por permitir a redução de desigualdades regionais.
- d) Não contraria os princípios da ordem econômica, pois a livre concorrência não é princípio absoluto e admite restrições proporcionais impostas pelos entes federativos no exercício de sua autonomia.
- e) Estará em conformidade com a ordem constitucional se acompanhada de estudo técnico que demonstre o impacto positivo sobre a geração de empregos no estado.

QUESTÃO 33

Sobre o Sistema Financeiro Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) O Banco Central do Brasil, no exercício de sua função supervisora, pode aplicar penalidades administrativas às instituições financeiras e dirimir litígios administrativamente entre elas e seus clientes.
- b) A Comissão de Valores Mobiliários é responsável pela execução da política monetária.
- c) O Sistema Financeiro Nacional é composto por órgãos normativos, entidades supervisoras e instituições operadoras, que atuam de forma integrada na regulação, fiscalização e intermediação financeira.
- d) O Conselho Monetário Nacional exerce funções principalmente executivas, sendo responsável pela operacionalização direta das políticas monetária e creditícia.
- e) As instituições financeiras submetem-se à fiscalização do Conselho Monetário Nacional, que acumula as funções normativa e supervisora no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

QUESTÃO 34

Nos termos da Constituição Federal de 1988, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios “utilizar tributo com efeito de confisco”.

Tal vedação corresponde:

- a) ao princípio da seletividade tributária.
- b) ao princípio da anterioridade tributária.
- c) a uma limitação constitucional ao poder de tributar.
- d) ao princípio da livre concorrência.
- e) ao princípio da uniformidade geográfica.

QUESTÃO 35

Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente à União instituir impostos sobre:

- a) propriedade predial e territorial urbana.
- b) transmissão causa mortis e doação.
- c) operações relativas à circulação de mercadorias.
- d) propriedade de veículos automotores.
- e) importação de produtos estrangeiros.

QUESTÃO 36

Nos termos da Constituição Federal, a Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá:

- a) O plano plurianual de investimentos para os próximos quatro exercícios financeiros.
- b) As metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- c) O orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais.
- d) A política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- e) As diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.

QUESTÃO 37

Nos termos da Constituição Federal, a ordem econômica é fundada:

- a) exclusivamente na valorização do capital privado.
- b) na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa.
- c) exclusivamente na intervenção estatal direta.
- d) na centralização econômica da União.
- e) na vedação absoluta da exploração econômica pelo Estado.

QUESTÃO 38

Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um princípio da ordem econômica previsto expressamente no art. 170 da CF/88.

- a) Redução das desigualdades regionais e sociais.
- b) Defesa do consumidor.
- c) Busca do pleno emprego.
- d) Função social da propriedade.
- e) Intervenção obrigatória e permanente do Estado na atividade econômica.

QUESTÃO 39

Conforme a Constituição Federal de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida:

- a) quando houver autorização do Congresso Nacional por maioria absoluta.
- b) mediante decreto do Presidente da República.
- c) quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- d) exclusivamente por intermédio de autarquias federais.
- e) apenas em regime de monopólio estatal.

QUESTÃO 40

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**, Art. 1º, § 1º)

Assinale abaixo a alternativa correta, que contém a definição adotada para dívida pública consolidada ou fundada de acordo com a Lei Complementar 101/2000:

- a) montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- b) dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- c) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- d) compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- e) emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

Rascunho